

# **Avaliação da política de segurança no Rio Grande do Norte: uma análise sobre o monitoramento do Programa Ronda Integrada na cidade de Natal e na cidade de São Gonçalo do Amarante**

Maíra Silveira Xavier

mairasx@hotmail.com

## **Resumo**

O Ronda Integrada é um programa, dentro das estratégias de políticas públicas para a Segurança Pública no estado do Rio Grande do Norte, com o intuito de propiciar estratégias capazes de prevenir e reduzir os índices de criminalidade contra a vida (CVLI), contra o patrimônio (CVP) e tráfico de drogas (TRED). Este estudo tem como objetivo avaliar a existência de ferramentas de monitoramento do Programa Ronda Integrada na cidade de Natal e na cidade de São Gonçalo do Amarante. Os dados metodológicos baseiam-se no método qualitativo, na pesquisa bibliográfica e documental, por meio de relatórios estatísticos produzidos pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Rio Grande do Norte (SESED/RN), além da realização de uma entrevista com o Coordenador do Programa. Indicadores estatísticos, relatórios diários, reuniões mensais e mecanismos tecnológicos de georeferenciamento abarcam a estrutura de monitoramento do Programa. Constatou-se que tais ferramentas de monitoramento são importantes para auxiliar os gestores públicos na tomada de decisões e na identificação de possíveis problemas e falhas que possam existir ao longo da implementação do programa, além de possibilitar avanços na área da Segurança Pública.

**Palavras-chave:** Segurança Pública 1. Política Pública 2. Monitoramento 3. Programa Ronda Integrada 4.

## **Abstract**

*The Integrated Patrol is a program, within the strategies of public policies for Public Security in the state of Rio Grande do Norte, in order to provide strategies capable of preventing and reducing crime against life (CVLI), against the patrimony (CVP) and drug trafficking (TRED). This study aims to evaluate the existence of monitoring tools of the Integrated Patrol Program in the city of Natal and in the city of São Gonçalo do Amarante. The methodological data are based on the qualitative method, in the bibliographical and documentary research, through statistical reports produced by the Public Security and Social Defense Department of Rio Grande do Norte (SESED / RN), as well as an interview with the Coordinator or the program. Statistical indicators, daily reports, monthly meetings and technological georeferencing mechanisms cover the monitoring structure of the Program. It was found that such monitoring tools are important to assist public managers in making decisions and identifying possible problems and failures that may exist during the implementation of the program, in addition to making progress in the area of Public Security.*

**Keywords:** Public Security 1. Public Policy 2. Monitoring 3. Ronda Integrada Program 4.

## **1 Introdução**

A Segurança Pública é um tema recorrente na mídia e tem sido cada vez mais debatido pela sociedade. Em 2018, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), por meio do Atlas da Violência revelam o crescimento na taxa de homicídio no estado do Rio Grande do Norte, entre 2006 a 2016.

É dever do Estado prestar o serviço de Segurança Pública de forma a garantir condições mínimas de segurança à sociedade. Para isso deve-se investir em

equipamentos, materiais e recursos humanos, além de ações de avaliação e monitoramento.

O aumento da violência no estado do Rio Grande do Norte revela a necessidade do monitoramento das políticas públicas de Segurança Pública. Esta pesquisa em questão analisa se existe um monitoramento efetivo, realizado por do meio do Programa Ronda Integrada, na cidade de Natal e na cidade de São Gonçalo do Amarante – Rio Grande do Norte.

Assim, desenvolveu-se o presente artigo “Avaliação da política de segurança no Rio Grande do Norte: uma análise sobre o monitoramento do Programa Ronda Integrada na cidade de Natal e na

cidade de São Gonçalo do Amarante– Rio Grande do Norte (RN).

Logo, surge o seguinte questionamento: Existe um monitoramento efetivo da Política de Segurança Pública e quais as ferramentas utilizadas pelo Programa Ronda Integrada na cidade de Natal e na cidade de São Gonçalo do Amarante – Rio Grande do Norte?

O governo é o protagonista na validação e implantação de medidas que tornem eficazes as políticas públicas, além de realizar o acompanhamento contínuo dos programas instituídos.

A participação e integração dos Gestores Públicos na criação e definição de ações estratégicas para o combate à violência, além da integração da comunidade e demais instituições, enriquece o debate e trazem mais transparência as ações governamentais.

## 2 Políticas Públicas

O surgimento do estudo acadêmico das políticas públicas se deu nos Estados Unidos, desvinculando a teoria das práticas realizadas pelo Estado. De acordo com Souza (2006, p. 4), os autores Laswell, Lindholm, Simon e Easton influenciaram as definições e questões relacionadas à área de políticas públicas.

Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo. Simon (1957) introduziu o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), argumentando, todavia, que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Lindholm (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos

de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. (SOUZA, 2006, p.4)

A integração dos trabalhos dos autores citados ampliou esse campo de estudo, trazendo novas abordagens para as ações promovidas pelo Estado e como o gerenciamento das políticas públicas seria influenciado não apenas de forma teórica, mas sim como ferramenta efetiva nas decisões governamentais.

No Brasil, as políticas públicas caracterizadas pelo cunho científico surgiram no período do governo de Getúlio Vargas, como aponta Farah (2016, p. 964).

Nesse período, as políticas públicas relacionavam-se, principalmente, com o âmbito trabalhista. Outras áreas que fizeram parte do ciclo inicial das políticas públicas no país foram saúde, educação e habitação.

Com o advento da Constituição de 1988, as políticas públicas brasileiras foram ampliadas, onde o Estado passou a ter mais responsabilidade para regular, implantar e gerir tais políticas públicas. Sapori (2007, p. 69) relata que

A noção de política pública pressupõe a existência de uma esfera da vida que não é privada ou puramente individual, e sim sustentada pelo que é comum e público. (...) Ter uma política pública significa ter razões ou argumentos que contenham não só a compreensão de um problema como também a sua solução. (SAPORI, 2007, p. 69)

Políticas públicas são práticas que interferem nas atividades diárias da população, o ideal destas políticas públicas parte do pressuposto de se encontrar caminhos que atendam as necessidades gerais da comunidade.

### 2.2 Conceito e discussões

O conceito de Política Pública está atrelado tanto ao sentido político quanto ao sentido administrativo. O primeiro diz respeito às decisões governamentais, existindo o conflito do que deve ou não ser feito. O segundo está ligado à atuação do governo onde são externalizadas por meio de programas, ações e atividades determinantes para atender os anseios da sociedade.

Conforme Caldas (2008, p.5) as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o

interesse público. E ainda, conforme Rodrigues (2015, p. 13)

Política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade – cujos interesses, valores e objetivos são divergentes – tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade. Quando decisões coletivas são tomadas, elas se convertem em algo a ser compartilhado, isto é, em uma política comum. (RODRIGUES, 2015, p.13)04/03

As políticas públicas referem-se ao processo das ações governamentais com a finalidade de atingir o bem comum. Para compreender a sistemática das políticas públicas vale abordar alguns conceitos-base: Política; Plano; Programa; Projeto; Objetivo; Meta; Produto; Efeito; Impacto; Eficácia; Eficiência; Efetividade; Indicador.

1 Política - Derivado do adjetivo originado de *pólis* (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo (...) (BOBBIO, 1909, p. 954)

2 Projeto – é um esforço temporário, com propósito (objetivo) único (qualidade), que possui começo, meio e fim (cronograma), com descrição e sequência das tarefas que serão desempenhadas (escopo) e com definição do limite de gastos que o mesmo poderá possuir (orçamento). (JANUÁRIO, 2016, p.2)

3 Programa - É um conjunto de projetos que perseguem os mesmos objetivos. Estabelece as prioridades da intervenção, identifica e ordena os projetos, define o âmbito institucional e aloca os recursos a serem utilizados. (COHEN E FRANCO, 2013, p.85)

4 Plano – é a soma de programas que procuram objetivos comuns, ordena objetivos gerais e os desagrega em objetivos específicos, que constituirão por sua vez os objetivos gerais dos programas. Determina o modelo de alocação de

recursos resultantes da decisão política. (COHEN E FRANCO, 2013, p. 86)

5 Objetivo – é a situação que se deseja obter ao final do período de duração do projeto, mediante a aplicação dos recursos e da realização das ações previstas (COHEN E FRANCO, 2013, p.88).

6 Meta – é a dimensão quantitativa, temporal e espacial do objetivo. (CUNHA, 2018, p.33)

7 Produto – é o resultado concreto das atividades desenvolvidas pelo programa, podendo ser tanto bens quanto serviços. (CUNHA, 2018, p.33)

8 Efeito – é o que decorre da influência do programa. O objetivo está localizado temporalmente antes do início do programa. Os efeitos são resultados das ações do programa, e podem ser intermediários, ocorrendo durante o programa, ou finais, que são os que perduram após o programa. Os efeitos podem ser ainda procurados, ou seja, foram estabelecidos como objetivos, ou não procurados. (CUNHA, 2018, p.33)

9 Impacto – é o resultado do programa que pode ser atribuído exclusivamente às suas ações, após a eliminação dos efeitos externos. É o resultado líquido do programa. (CUNHA, 2018, p.33)

10 Eficácia - é uma medida do alcance de resultados, enquanto a eficiência é uma medida da utilização dos recursos nesse processo. Em termos econômicos, a eficácia de uma empresa refere-se à sua capacidade de satisfazer uma necessidade da sociedade por meio do suprimento de seus produtos (bens ou serviços), enquanto a eficiência é uma relação técnica entre entradas e saídas.(CHIAVENATO, p. 155, 2003)

11 Eficiência - é uma relação entre custos e benefícios, ou seja, uma relação entre os recursos aplicados e o produto final obtido: é a razão entre o esforço e o resultado, entre a despesa e a receita, entre o custo e o benefício resultante. (CHIAVENATO, p. 155, 2003)

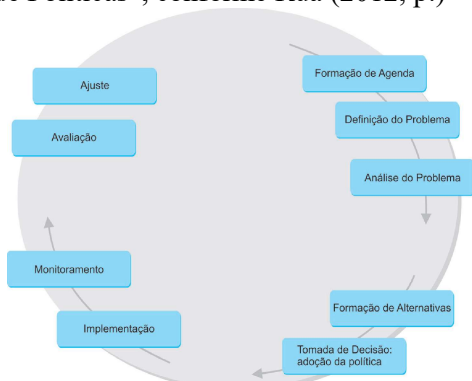
12 Efetividade - mede os efeitos positivos ou negativos na realidade que sofreu a intervenção, ou seja, aponta se houve mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais decorrentes dos resultados

obtidos pela política, plano ou programa. (BRASIL, 2010, p. 32)

13 Indicador – é uma medida em geral quantitativa dotada de um significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito abstrato, de interesse teórico ou programático. é a quantificação que permite a mensuração dos resultados do programa. “É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma.” (JANUZZI, 2003, p.15).

Abordar tais definições e observar a relação entre elas facilita o entendimento de como funciona o sistema de políticas públicas. A partir destes pontos é possível delinear o ciclo de políticas públicas de forma mais clara e objetiva.

A dinâmica das Políticas Públicas é dada pelo “Ciclo de Políticas”, conforme Rua (2012, p.)



**Figura:** Ciclo das Políticas Públicas

**Fonte:** Rua (2012)

Nesse ciclo, entende-se que a Política Pública é o resultado de uma combinação de fatores políticos, que uma vez reunidos, geram o processo político, onde cada fase está interligada. Considerada uma ferramenta auxiliar para que os gestores possam compreender o correto processo de formação de políticas públicas. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2012, p.15) traz que

Quando utilizamos o termo políticas públicas nos referimos a um conjunto de programas, projetos ou ações elaboradas para resolver um problema de interesse da sociedade. O sentido principal da política pública é, portanto, trazer uma solução, mesmo que (mas não necessariamente) provisória para um problema ou conflito estabelecido no espaço público. (OIT, 2012, p.15)

No Brasil, a existência de problemas na saúde, educação, segurança, são discutidos por diversos atores (sociedade, governo, empresas, entre outros). Inúmeras são as demandas que têm como fim a satisfação do interesse público.

Estas são colocadas em pauta, as quais são realizadas a análise das mesmas com o fim de torná-las ou não políticas públicas. Tais problemáticas requerem uma atenção maior por parte do Poder Público por atingir a população como um todo.

Nota-se, contudo, a fragmentação das políticas públicas, revelando uma análise mínima integrativa dos problemas existentes na sociedade. E, embora exista a necessidade de interação entre os diversos setores, estas são marcadas pela rigidez determinada pela atuação específica em cada área, dificultando a implementação das políticas públicas que traga resultados mais eficientes.

### 2.3 Avaliação das Políticas Públicas

Na etapa da avaliação verifica-se a possibilidade de observar melhorias para as diretrizes impostas, novas decisões a serem tomadas para reorganizar falhas existentes, reordenar as lacunas até então não aparentes. De acordo com Cavalcanti (2006, p.2)

A avaliação, de um modo geral, tem sido definida como instrumento imprescindível para o conhecimento da viabilidade de programas e projetos, para o redirecionamento de seus objetivos, quando necessário, ou mesmo para a reformulação de suas propostas e atividades. Nesse sentido, a avaliação se revela como um importante mecanismo de gestão, uma vez que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas, pois possibilita conhecer o que está acontecendo e atuar sobre os fatos de forma a realizar ajustes necessários, economizando e dessa forma tempo e recursos, o que eleva a credibilidade das ações públicas. (CAVALCANTI, 2006, p.2)

Existem diversas classificações para a avaliação das políticas públicas. Andrade *et al* (2010, p.13) *apud* Fonseca (2005, p. 2-3) afirmam que o acompanhamento da implementação da política faz com que os resultados sejam atingidos com maior facilidade e de forma mais eficaz. Para fazer avaliações, muitas vezes são utilizados recortes. Há três tipos de recortes: *ex-ante*, *ex-post* e *em processo*.

ex-ante: dizem respeito as avaliações realizadas antes de serem criadas as políticas, continuidade ou pela execução ou não das políticas públicas. presentes nos relatórios internacionais como da Organização das Nações Unidas/ ONU, PNUD e UNICEF.

ex-post: refere-se ao tipo de avaliação focada nos resultados atingidos pela política pública implementada. Organizações de cooperação internacional como DFID (Ministério do Desenvolvimento Britânico) e ONGs que investem em avaliações de políticas a nível local ou regional utilizam esse tipo de avaliação.

Avaliação em processo ou monitoramento: é o tipo de avaliação que observa a política pública instituída ao decorrer do processo, realizando correções no momento em que está ocorrendo tal política. Andrade *et al* (2010, p.13) *apud* Fonseca (2005, p. 2-3)

A compreensão dessas categorias e a aplicação prática delas revelam o efetivo direcionamento a ser seguido pelos atores que permeiam a esfera pública, pois é a partir da abordagem das etapas da avaliação que se constroem políticas públicas eficazes.

## 2.4 O monitoramento das Políticas Públicas

O monitoramento é a etapa em que se realizará o processo de acompanhamento dos programas, projetos e políticas implementadas pelo governo. Facilitando a identificação de falhas no decorrer do processo de monitoramento, de forma que seja possível realizar as alterações necessárias de forma rápida e que traga os melhores resultados. Como define o IPEA (1990, p. 33)

O monitoramento é um processo sistemático e contínuo que, produzindo informações sintéticas e em tempo eficaz, permite a rápida avaliação situacional e a intervenção oportuna que confirma ou corrige as ações monitoradas. (IPEA, 1990, p. 33)

No monitoramento ou na avaliação em processo, verifica-se que, ao tratarmos de programas, projetos e políticas, os gestores devem ter um olhar atento no trabalho de acompanhamento destes, pois é nesta fase que há a possibilidade de rever os erros e sugerir novos caminhos, tornando mais qualificados tais programas, projetos e políticas. De acordo com o Guia de Avaliação de políticas públicas (2018, p. 15)

O monitoramento permite identificar problemas e falhas durante a execução que prejudicam as ações, os processos ou os objetivos da política pública e, assim, reúne condições para corrigir rumos ou ajustar os planos de implementação. (BRASIL, 2018, p. 15)

Para que seja realizado um ciclo de ajustes eficaz, o monitoramento deve ser realizado de forma rotineira. A OIT (2012, p. 20) afirma que o monitoramento se concentra na “rota” seguida pelo programa. Trata-se, portanto, de um acompanhamento minucioso. Para Simões (2015, p. 12)

A avaliação de processo é entendida por alguns autores como o monitoramento do programa (Rossi, Lipsey e Freeman, 2004) e incide sobre a gestão do programa. Tem o propósito de verificar a correspondência entre o desenho do programa e sua implementação, de avaliar a eficácia da gestão em executar os recursos previstos e em alcançar o público-alvo. A implementação segue a estratégia prevista? Essa estratégia está sendo eficaz em atingir o público-alvo? Há problemas de focalização do programa? Os recursos são aplicados como previstos? Há eficiência nessa aplicação? As metas estão sendo cumpridas? Há desperdícios? Essas são algumas perguntas que em geral norteiam o monitoramento dos programas. (SIMÕES, 2015, p. 12)

O monitoramento das políticas públicas é realizado por meio de análises constantes dos produtos, métodos, resultados, efeitos e implicações dos atos praticados com o intuito de garantir eficiência, eficácia e efetividade. Garcia (2016, p. 3) cita que a função primeira do monitoramento é

(...) observar em que medida a política está sendo implementada de acordo com a sua formulação, ou seja, conforme os objetivos e metas definidas inicialmente. Para isso, é necessário que sejam utilizados indicadores de processos claros e confiáveis no intuito de tornar a política pública eficiente (GARCIA, 2016, p. 3)

O monitoramento tem como base o Plano de Ação ou de Atividades, no qual sugere mudanças para determinadas situações, melhorando o trabalho da equipe e suas tomadas de decisões.

Para a UNESCO (2009, p. 10) o monitoramento deve ser realizado constantemente para verificar se

as metas e os objetivos do projeto estão sendo cumpridos e reajustar a programação com base nas lições aprendidas até então.

Dessa forma, tanto a sociedade quanto o Estado devem monitorar as políticas públicas as ações praticadas pelos gestores e os outros envolvidos no processo, acompanhando o desenvolvimento dos projetos existentes, observando se os objetivos propostos foram alcançados.

De acordo com o exposto no Programa de Desenvolvimento Gerencial - Educação Continuada (Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP, 2006, p.5)

O monitoramento é essencial para que o governante e o gestor conheçam a evolução da situação que enfrentam e apreciem os resultados de suas ações, de forma a ser possível a tomada de decisões que possam resultar em modificações tempestivas. (FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO – FUNDAP, 2006, p.5)

No que diz respeito ao monitoramento das políticas públicas, faz-se importante a criação de debates por meio de fóruns com a comunidade para instituir a cultura do monitoramento e a criação de Planos de Ações e ainda o desenvolvimento de pesquisas para a análise dos dados expostos, tornando efetivo o monitoramento dessas políticas públicas.

Ao se abordar o monitoramento das Políticas Públicas na área da Segurança Pública nota-se a criação de estratégias voltadas ao combate à violência, criminalidade, insegurança.

### 3 Segurança Pública

Historicamente, no Brasil, o sistema de Segurança Pública revela a ligação existente entre os diversos problemas sociais (como desigualdades sociais e econômicas) e o aumento da violência e criminalidade. Sousa e Moraes (2015, p. 9) relatam que:

A história da sociedade brasileira reflete a própria evolução da Segurança Pública do Brasil, inicialmente restrita a ação das forças policiais – fase colonial, imperial, 1ª República e Era Vargas - e a partir da Constituição Federal de 1988 há a previsão legal de uma gestão compartilhada da Segurança Pública com a sociedade, com ênfase ao respeito aos Direitos Humanos. (SOUSA E MORAIS, 2015, p.9)

Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, os direitos e garantias fundamentais tornaram-se de fácil acesso a todos. A repressão presente fortemente durante o período da ditadura militar no Brasil passa por um processo de transição.

A Segurança Pública começa a desenhar um novo modelo de atuação, aproximando-se da população e dos problemas sociais existentes. As diretrizes traçadas na nova Carta Magna incubem o Estado o dever de prestar tal serviço, como descrito em seu artigo 144 (Brasil, 1988)

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (Brasil, 1988)

Nesse contexto, a figura do Estado representa o agente capaz de desempenhar a ordem pública por meio de alguns órgãos específicos. A preservação da ordem é base seja qual for à sociedade, considerando o aspecto democrático, integrando as forças de segurança, contribuindo para um sistema mais dinâmico e atuante. Segundo Nucci (2016, p.3) *apud* Filocre (2010, p.11 a 13)

[...] segurança significa ato ou efeito de tornar livre do perigo, protegido, livre do risco. [...] ‘Público’ origina-se no latim *publicus*. Significa ‘relativo, pertencente ou destinado ao povo, à coletividade’. Nucci (2016, p.3) *apud* Filocre (2010, p.11 a 13)

Logo, a concepção do bem-estar social se define pelo fato da população entender algo como seguro ou pela sua sensação de proteção, unindo ao fato que essa segurança seja garantida pelo Poder Público.

A segurança pública deve ser entendida como meio pelo qual impõe proteção à vida e aos direitos e liberdades fundamentais de cada indivíduo, efetivando, estabelecendo, um convívio pacífico e harmonioso em sociedade Minuscoli e Almeida (2016) *apud* Rodrigues (2009).

Uma política, como a de Segurança Pública, envolve aspectos sociais, econômicos, culturais, deve ter um tratamento baseado na integração dos esforços de educação, saúde, trabalho, assistência social. Segundo Soares (2015, p. 52)

Definir segurança pública é uma tarefa bastante complexa. Mais que uma definição conceitual, trata-se da compreensão do que vem a ser a efetivação de políticas associadas a direitos e deveres, cidadania, uso legítimo da força, limites do poder estatal, lei e ordem, entre outros. Ademais, segurança pública na contemporaneidade está relacionada ao fato de que a violência (principalmente urbana) associada à criminalidade – um fenômeno mundial – também demanda uma resposta do Estado aos clamores sociais que anseiam pela paz, ordem e pelo controle do crime. (SOARES, 2015, p 52)

A Segurança Pública é traduzida pelas ações planejadas e gerenciadas pelos órgãos competentes para combater a criminalidade e zelar pelo bem comum. Desenvolver ferramentas na área da Segurança Pública resulta em ações para dinamizar e melhorar as relações intergovernamentais na área de segurança pública.

Como por exemplo, a criação de um sistema eletrônico de dados que conecte todos os órgãos envolvidos na área de segurança, para que os órgãos envolvidos possam ter acesso aos dados existentes relativos ao setor.

Outra ferramenta que possibilita melhorias na área é a criação de um sistema de comunicação integrado, havendo a comunicação em tempo real, em que tal comunicação seja feita entre os órgãos de segurança (municipais, estaduais, federais) tanto local quando nacional, bem como a integração com as demais instituições da administração pública que auxiliem direta ou indiretamente essa área. Dessa forma, a gestão da informação se tornará mais ágil.

Dentro da área de Segurança Pública encontramos importantes instituições que auxiliam e prestam informações necessárias para o seu efetivo monitoramento.

No âmbito nacional, uma das mais importantes instituições é o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) que juntamente com Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) desenvolvem o Atlas da Violência, fornecendo diversas informações relativas a área da Segurança Pública.

De acordo com o IPEA (2018) “O Brasil atingiu, pela primeira vez em sua história, o patamar de 30 homicídios por 100 mil habitantes. A taxa de 30,3, registrada em 2016, corresponde a 62.517 homicídios naquele ano, 30 vezes o observado na Europa naquele mesmo ano, e revela a premência de ações efetivas por parte das autoridades públicas

para reverter o aumento da violência”. Percebe-se que o crescimento da violência, trazendo difíceis consequências à população.

Dados divulgados no Atlas da Violência 2018 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) apontam que, entre o período de 2006 a 2016, houve um aumento de 256,9% na taxa de homicídios no Rio Grande do Norte, revelando por meios estatísticos a sensação de insegurança vivenciada pela população.

### 3.1 Programa Ronda Integrada

O Programa Ronda Integrada foi implantado pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do RN (SESED/RN), com o intuito de promover estratégias capazes de reduzir os índices de criminalidade contra a vida (Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI), contra o patrimônio (Crimes Violentos contra o Patrimônio - CVP) e tráfico de drogas (TRED).

Para melhor compreender tais conceitos, a Secretária de Segurança Pública do estado de Goiás – SSPG (2018, p. 10) define

A sigla CVLI foi criada em 2006 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), vinculada ao Ministério da Justiça (MJ), com a finalidade de agregar os crimes de maior relevância social. Portanto, fazem parte dos Crimes Violentos Letais Intencionais no âmbito do Estado de Goiás o homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte, roubo seguido de morte “latrocínio”, mortes em decorrência de intervenção policial, mortes violentas intencionais de policiais em serviço e fora de serviço. (SSPG, 2018, p. 10)

E ainda, define CVP (2018, p.3)

Entende-se por CVP todos os crimes classificados como roubo (artigo 157 do Código Penal Brasileiro), exceto o roubo seguido de morte (latrocínio) que já é contabilizado nos indicadores de Crimes Violentos Letais e Intencionais (SSPG 2018, p.3).

De acordo com o artigo 33 da Lei de Drogas, pratica o tráfico de drogas (TRED) a pessoa que (BRASIL, 2006)

Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar,



prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. (BRASIL, 2006)

Tal classificação representa a realidade relacionada à violência vivenciada em diversos estados. Além disso, auxiliam a construção de um monitoramento adequado, tanto no curto, médio e longo prazo, no qual é possível gerar comparações entre estes índices e observar quais os pontos que necessitam de ajustes e quais obtiveram melhorias.

No Programa Ronda Integrada, para que as atividades planejadas sejam atingidas de forma eficiente existe o núcleo de Coordenação e Controle, o qual pertence à Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do RN, exercendo controle direto e indireto, para que ocorra a identificação e correção dos possíveis erros que possam surgir.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Rio Grande do Norte (2018)

A operação acontece nas quatro zonas da capital com ações ostensivas de combate à violência, com uma metodologia moderna de polícia preventiva, de proximidade com a população. Com atuação conjunta da Polícia Militar, Polícia Civil, Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Ronda atua nas Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs).

A operação ocorre nas quatro regiões de Natal: Norte, Sul, Leste e Oeste, além da cidade de São Gonçalo do Amarante. Tais áreas são divididas em 17 setores, delimitados de acordo com Decreto nº 26.027, de 29 de abril de 2016 - Diretrizes para produção dos serviços de segurança pública do programa ronda cidadã. Abaixo segue um exemplo de Setorização da Área Integradas de Segurança Pública - a AISP 1.



Fonte: Decreto nº 26.027 (2016)

A setorização facilita a atuação do patrulhamento preventivo e ostensivo, compreendendo a divisão das Áreas Integradas em campos menores, pois a visualização das ocorrências torna-se mais direcionada, fazendo com que se tenha maior agilidade no atendimento à população.

O desenvolvimento de estratégias e mecanismos para a monitoração e controle do programa reforçam as características de confiabilidade e transparência.

#### 4 Método da pesquisa

O presente artigo é considerado um estudo do tipo descritivo, por registrar e analisar fatos sem que o pesquisador interfira no conteúdo proposto. De acordo com Lakatos (2003, p. 82)

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (LAKATOS, 2003, p. 82)

Para que fossem obtidas informações necessárias a respeito do monitoramento utilizado pelo Programa Ronda Integrada foram utilizadas técnicas e métodos de pesquisa capazes de fundamentar e auxiliar na avaliação do presente trabalho.

A técnica empregada foi à documentação indireta, fundamentada na pesquisa bibliográfica (abrangendo pesquisas em revistas, livros, jornais, artigos), a pesquisa documental baseada em documentação oficiais) com gráficos fornecidos pelo Coordenador de Estatística e Análise Criminal da Secretaria de Segurança Pública do estado do RN e como técnica de coleta de dados foi realizada uma entrevista semiestruturada com o Coordenador do Programa Ronda Integrada. Para Nascimento e Sousa (2016, p. 107) entrevista é

A técnica de coleta de dados entre duas pessoas, em que uma formula uma pergunta e a outra responde. O instrumento dessa técnica é o roteiro de entrevista ou formulário. A entrevista pode ser classificada como entrevistas estruturadas, entrevistas semiestruturadas e entrevistas não estruturadas ou livres. (NASCIMENTO E SOUSA, 2016, p.107)

O tipo de entrevista em questão, semiestruturada, tem como base um roteiro a ser seguido, porém é



possível que o pesquisador traga novos questionamentos no decorrer da entrevista.

A pesquisa identificou as ferramentas capazes de monitorar o Programa Ronda Integrada na cidade de Natal e na cidade de São Gonçalo do Amarante, coletadas por meio de entrevista com o coordenador do Programa Ronda Integrada, que integra à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do estado do Rio Grande do Norte. Para Nascimento e Sousa (2016, p 35)

Nem todos os cientistas chegam às mesmas conclusões sobre as questões que envolvem as verdades científicas. E é até salutar que seja assim, para que as leituras e conceitos científicos sejam exaustivamente, testados, comprovados, reduzindo a margem de erros, ao tempo em que a multiplicidade de percepções propicia e encoraja, de maneira contínua, à produção de conhecimento novo. (NASCIMENTO e SOUSA, 2016, p.35)

Cada pesquisa realizada traz novas visões e caminhos, agregando valores e auxiliando a criação ou a continuidade da produção científica nos mais variados contextos de estudos.

## 5 Resultados da pesquisa

A Segurança Pública é uma área que necessita de um monitoramento e uma avaliação efetiva para que sejam geradas informações capazes de detectar possíveis erros e evidenciar as reais condições que enfrenta.

No estado do Rio Grande do Norte, o Programa Ronda Integrada atua para minimizar as ocorrências com CVLI, CVL e TRED, além de firmar uma maior proximidade com a população local.

Para que essas variáveis sejam utilizadas de forma coerente e de forma a obter melhorias, existem algumas ferramentas de monitoramento para auxiliar ao longo da existência do referido programa.

De acordo com informações obtidas por meio da entrevista com o coordenador do Programa Ronda Integrada, as ferramentas de monitoramento são:

- A elaboração de relatórios diários concomitantemente a atividade operacional, informando toda a logística, a operação e a administração da atividade com os possíveis erros e procedimentos tomados naquele dia;
- Há a ferramenta auxiliar de geoprocessamento auxiliado pelo Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (CIOSP);

- São utilizadas ferramentas estatísticas pela Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais (COINE), coletando e informando os dados estatísticos e disponibilizando a coordenação do programa regularmente como também à população gerando maior transparência ao processo;
- E, são realizadas reuniões mensais de avaliação com os supervisores e equipes para traçar os pontos a serem modificados e melhorados ao longo da implementação do projeto.

Os indicadores, dentro da perspectiva de monitoramento na Gestão Pública, auxiliam na tomada de decisões por meio da produção de informações e dados capazes de guiar o acompanhamento de determinado programa.

O controle direto é realizado por um Supervisor de Dia, o qual acompanha o momento em que as atividades são realizadas devendo elaborar ao término de cada turno um relatório padronizado contendo os principais registros, encaminhando-o para a Coordenação Geral da Operação, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do RN.

O controle indireto é feito por meio da apuração e análise dos relatórios, gráficos, mapas dos indicadores, sistemas informatizados, planos para fundamentar as ações do corpo técnico e operacional.

Além disso, são realizadas reuniões periódicas, com os coordenadores da Operação Ronda Integrada, para que sejam analisadas a criminalidade das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP's), as quais avaliam as metas fixadas (redução de CVLI, CVP e TRED) e as variáveis das ações passadas e os resultados alcançados.

O planejamento da operação é realizado com base na setorização, na identificação das zonas quentes, na fixação do efetivo e em determinar a responsabilidade do território.

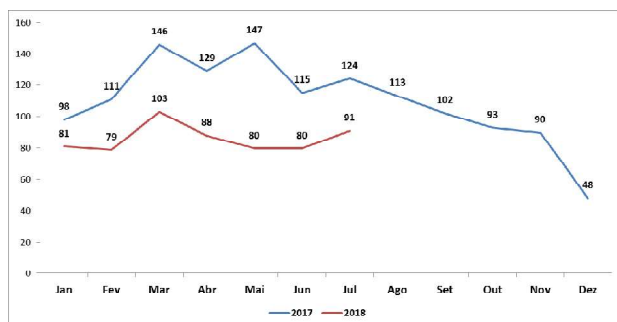
As zonas quentes são locais que registram frequentemente a ocorrência de crimes, identificados por meio de ferramentas de georeferenciamento registradas no Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP).

A fixação de efetivo e a responsabilidade territorial são pontos que possibilitam a identificação dos problemas das regiões.

Abaixo, no gráfico fornecido pelo Coordenador de Estatística e análise criminal da Secretaria de Segurança pública do Estado do RN, verifica-se a

existência do monitoramento mensalmente nos períodos entre janeiro de 2017 e julho de 2018.

Gráfico 01 – Número de Ocorrências de CVP, CVLI e TRED Registradas nas Áreas da Operação Integrada, no Período Noturno e dias úteis, entre Janeiro de 2017 e Julho de 2018.



Fonte: COINE/SESED (2018)

Com o exemplo acima, vale ressaltar a importância da padronização das ferramentas para que as informações obtidas tenham a fundamentação para serem comparadas facilitando o processo de monitoramento.

Cada etapa garante a manutenção do monitoramento do programa, permitindo que correções sejam feitas de forma mais célere.

## 6 Conclusão/Considerações

No estado do Rio Grande do Norte, especialmente em Natal e em São Gonçalo do Amarante, continuamente são expostos na mídia casos relacionados à violência, a criminalidade e a insegurança.

Por representar, atualmente, uma das políticas públicas mais complexas e desafiadoras de estabelecer programas capazes de minimizar os problemas relativos à Segurança Pública, faz-se necessária a investigação do monitoramento de tais programas.

Este artigo cujo objetivo deu-se pela investigação e identificação da existência de ferramentas de monitoramento do Programa Ronda Integrada na cidade de Natal e na cidade de São Gonçalo do Amarante.

Teve como intuito reunir informações relevantes para compreender e analisar a atuação do estado, na área da Segurança Pública, frente à divulgação massiva na mídia e redes sociais do aumento da violência e da sensação de insegurança no estado do Rio Grande do Norte.

A pesquisa identificou, especialmente, no Programa Ronda Integrada a adoção do sistema de

acompanhamento por meio de ferramentas específicas de monitoramento.

São elaborados relatórios no curso das operações, utilizados instrumentos de geoprocessamento, produzidos indicadores estatísticos, e realizadas reuniões periódicas para a identificação de falhas e/ou agregar melhorias ao programa.

Portanto, o monitoramento e a utilização de ferramentas adequadas são importantes para que os dados e informações sejam repassados concomitantemente à implementação do programa, possibilitando a realização de ajustes, gerando maior confiabilidade na tomada de decisão dos gestores.

Diante o exposto, percebe-se, que o Programa Ronda Integrada, contém ferramentas capazes de monitorar o programa, e como relatado à presença de indicadores e mecanismos estruturais de monitoramento são fundamentais para gerar melhorias na prática da atividade e na tomada de decisões.

Porém, não é possível afirmar com total embasamento que tais ferramentas garantam a eficácia na prática do programa em questão. Para tal, são necessários, estudos abrangentes que determinem esta afirmação, relacionado a outras variáveis não identificadas pelo presente estudo.

No caso em questão, a continuidade do monitoramento possibilitará a geração de melhorias na área da Segurança Pública e conseqüentemente o aumento da confiança da população na realização das atividades cotidianas.

Conclui-se, portanto, que criar e desenvolver estratégias relacionadas ao acompanhamento de projetos e programas é fundamental para que o Gestor Público possa compreender se há progresso ou não do mesmo.

## Referências

ANDRADE, Magali Alves de. *et al.* **Sistema de avaliação de políticas públicas:** Instrumento de eficiência na busca do Desenvolvimento e no combate a pobreza. Natal: UFRN, 2010. Disponível em:

<<http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/SISTEMA%20DE%20AVALIA%C3%87%C3%83O%20DE%20POL%C3%8DTICAS%20P%C3%9ABLICAS%20INSTRUMENTO%20DE%20EFICI%C3%8ANCIA%20NA%20BUSCA%20DO%20DESENVOLVIMENTO%20E%20NO%20COMBATE%20A%20POBREZA.pdf>> Acesso em: 14 set. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 23 ago 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Senado Federal, 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm)>. Acesso em: 20 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Caderno de estudos do Curso em Conceitos e Instrumentos para o Monitoramento de Programas**. Brasília, DF: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social; Centro de Estudos Internacionais sobre o Governo, 2016. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/CEGOV%20-%202015%20-%20MDS%20Monitoramento%20Caderno%20de%20Estudos.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2018.

\_\_\_\_\_. Casa Civil Presidência da República. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post**. Vol 2. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/downloads/guiaexpost.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Casa Civil Presidência da República. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://www.cgu.gov.br/Publicacoes/auditoria-e-fiscalizacao/arquivos/guia-analise-ex-ante.pdf>> . Acesso em: 09 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos - SPI. **Indicadores de programas: Guia Metodológico**. Brasília, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/D%20M/Documents/ESPECIALIZA%C3%87%C3%83O/100324\\_indicadores\\_pogramas-guia\\_metodologico.pdf](file:///C:/Users/D%20M/Documents/ESPECIALIZA%C3%87%C3%83O/100324_indicadores_pogramas-guia_metodologico.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2019.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política I**. 1909. Trad. Carmen C, Varriale *et al.* Coord. trad. João Ferreira. Rev. Geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cacais. 1 ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4197102/m>

[od\\_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf](od_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf)>. Acesso em: 15 fev. 2019.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff *et al.* **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2008. Disponível em: <<http://www.mp.ce.gov.br/nespeciais/promulher/manuais/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 22 ago 2018.

CAVALCANTI, Mônica Maria de Arruda. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais - uma abordagem conceitual**. Recife: FAFICA, 2006. Disponível em: <<https://interfacesdesaberes.fafica-pe.edu.br/index.php/import1/article/download/20/8>>. Acesso em: 15 set. 2018

COHEN, Ernesto. FRANCO, Orlando. **Avaliação de projetos sociais**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. Disponível em: <<https://profeltonorris.files.wordpress.com/2014/02/livro-teoria-geral-da-administrac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CUNHA, Carla Giane Soares da. **Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. **Revista Estudos de Planejamento**. Rio Grande do Sul. ed. n. 12, dez. 2018. Planejamento e Gestão em Perspectiva. Disponível em: <<https://revistas.dee.spvgg.rs.gov.br/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298/4056>>. Acesso em: 25 ago 2018. correto

ESTADO DE GOIÁS. **Metodologia para aferição de indicadores e metas da Secretaria de Segurança Pública de Goiás**. Secretaria da Segurança Pública do Estado de Goiás, 2018. Disponível em: <<http://www.ssp.go.gov.br/Observatorio/Manual/METODOLOGIA-PARA-AFERI%C3%87%C3%83O-DE-INDICADORES-E-METAS-DA-SSPAP.pdf>> . Acesso em: 23 ago 2018.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Sesed apresenta o Ronda Integrada em evento nacional**. NATAL, Gabinete Civil do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 2018. Disponível em:

<<http://www.gabinetecivil.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=181338&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=Materia>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

\_\_\_\_\_. **Ronda Integrada é lançado em Natal e prende suspeitos de crimes.** Secretaria da Segurança Pública e da Defesa Social. Disponível em:<

<http://www.defesasocial.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=ITEM&TARG=174522&ACT=&PAGE=&PARM=&LBL=NOT%CDIA>>. Acesso: 15 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 26.027**, de 29 de abril de 2016. Aprova as Diretrizes para Produção dos Serviços de Segurança Pública do Programa Ronda Cidadã e dá outras providências. Rio Grande do Norte, 2016. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/395895805/DECRETO-N%C2%BA-26-027-DE-29-DE-ABRIL-DE-2016>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Programa de Desenvolvimento Gerencial Educação Continuada para Monitoramento de Programas e Projetos.** Programa de Desenvolvimento Gerencial – Educação Continuada. São Paulo: Fundação do desenvolvimento Administrativo (FUNDAPE), 2006. Disponível em: <[http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/INDICADORES\\_PARA\\_MONITORAMENTO\\_DE\\_PROGRAMAS\\_E\\_PROJETOS.pdf](http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/INDICADORES_PARA_MONITORAMENTO_DE_PROGRAMAS_E_PROJETOS.pdf)> Acesso em: 14 set. 2018.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”. Fundação Getúlio Vargas. Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Departamento de Gestão Pública. **Rev. Adm. Pública.** Rio de Janeiro. nov./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v50n6/0034-7612-rap-50-06-00959.pdf>> . Acesso em: 27 set. 2018.

GARCIA, Mauro Odilon Cubilha. **Por que uma política pública deve ser avaliada? Especialidade Planejamento, Orçamento e Gestão.** Disponível em: <[http://www.seplag.pe.gov.br/c/publicador\\_repositorio\\_documento/get\\_file?p\\_l\\_id=199474&folderId=199645&name=DLFE-4459.pdf](http://www.seplag.pe.gov.br/c/publicador_repositorio_documento/get_file?p_l_id=199474&folderId=199645&name=DLFE-4459.pdf)> . Acesso em: 16 set. 2018.

HAUSEN, Yuri Mello. **Reforma do sistema nacional de segurança pública e o ciclo completo**

**de polícia.** Rio Grande do Sul, 2017. Disponível em:< [http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2017/09/yuri\\_hausen\\_20171.pdf](http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/sites/11/2017/09/yuri_hausen_20171.pdf)>. Acesso em: 22 ago 2018. (não tem no texto)

IPEA. **Planejamento e Políticas Públicas.** v.1 - n.1. Brasília: IPEA, 1990.

\_\_\_\_\_. **Brasil ultrapassa pela primeira vez a marca de 30 homicídios por 100 mil habitantes.** IPEA, 2018. Disponível em:<[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=33411&Itemid=6](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33411&Itemid=6)> . Acesso em: 20 set 2018.

IPEA e FBSP. **Atlas da Violência 2018.** Disponível em:< [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/180604\\_atlas\\_da\\_violencia\\_2018.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf)>. Acesso em: 22 ago 2018.

JANUÁRIO, Danilo Nunes. **Marketing e Projeto: Uma União de Sucesso.** 2016. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/academico/marketing-e-projeto-uma-uniao-de-sucesso/98142/>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

JANUZZI, Paulo Martino. **Indicadores sociais no Brasil conceitos, fontes e dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas.** Elaboração de estudos socioeconômicos. 3 edição. ed alínea, 2003. Disponível em: <<https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2014/06/januzzi-principais-indicadores-sociaiscompleto.pdf>>>. Acesso em: 05 fev 2019.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas 2003. Disponível em:<[https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\\_of\\_historia-i/historia-ii/china-e-india](https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india)> Acesso em: 23 ago 2018.

MINUSCOLI, Alcenir Luis. ALMEIDA, Luis Henrique Fogaça de. **Afinal o que é segurança pública?** 2016. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/51752/afinal-o-que-e-seguranca-publica>>. Acesso em: 23 ago 2018.

NASCIMENTO, Francisco Paulo. SOUSA, Flávio Luís. **Metodologia da pesquisa científica teoria e prática:** como elaborar TCC. Fortaleza: INESP, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Direitos Humanos versus Segurança Pública**. Rio de Janeiro: Forense, 2016. Disponível em: <<https://forumdeconcursos.com/wp-content/uploads/wpforo/attachments/32637/1182-Direitos-Humanos-vs-Seguranca-Publica-2016.pdf>> . Acesso em: 05 fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Monitoramento e avaliação de políticas públicas**. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms\\_430968.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_430968.pdf)>. Acesso em: 16 set. 2018.

RODRIGUES, Marte Maria Assunção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2015.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: UFSC, 2012.

SAPORI, Luis Flávio. **Segurança Pública: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SIMÕES, Armando A. **Avaliação de programas e políticas públicas**. Programa de aperfeiçoamento para carreiras. Brasília: ENAP, 2015.

SOARES, Robson Sávio Reis. **Quem comanda a segurança pública no Brasil?: atores, crenças e coalizões que dominam a política nacional de segurança pública**. Belo Horizonte: letramento, 2015.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez. 2006. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 23 ago 2018.

SOUZA, Reginaldo Canuto de. MORAIS, Maria do Socorro Almeida de. **Polícia e sociedade: uma análise da história da segurança pública brasileira**. Disponível em:<[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/Cd\\_Vjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/PODER\\_VIOLENCIA\\_E\\_POLITICAS\\_PUBLICAS/POLICIA\\_E\\_SOCIEDADE\\_UMA\\_ANALISE\\_DA\\_HISTORIA\\_DA\\_SEGURANCA\\_PUBLICA\\_BRASILEIRA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/Cd_Vjornada/JORNADA_EIXO_2011/PODER_VIOLENCIA_E_POLITICAS_PUBLICAS/POLICIA_E_SOCIEDADE_UMA_ANALISE_DA_HISTORIA_DA_SEGURANCA_PUBLICA_BRASILEIRA.pdf)>. Acesso em: 23 ago 2018.

UNESCO. **No rumo certo Guia para Monitoramento e Avaliação de Projetos Baseados**

**em Comunidades organização das nações unidas para a educação, a ciência e a cultura**. UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001862/186231por.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

VIANELLO, Luciana Peixoto. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. Ensino à distância, 2013. Disponível em: <[http://disciplinas.nucleoead.com.br/pdf/Livro\\_mtp.pdf](http://disciplinas.nucleoead.com.br/pdf/Livro_mtp.pdf)> . Acesso em: 25 ago. 2018.

ANEXO 1

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante,

Sou estudante de especialização do Programa de Pós - graduação em Gestão Pública na modalidade à distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), do polo da cidade de Araruna - PB e estou realizando uma pesquisa sob supervisão do professor Ms. Rafael Xavier Leal (orientador IFPB), cujo objetivo é analisar o monitoramento realizado pelo Programa Ronda Integrada na cidade de Natal e na cidade de São Gonçalo do Amarante- Rio Grande do Norte (RN).

Sua contribuição envolve a participação em uma entrevista. A participação nesse estudo é voluntária e, se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar, em qualquer momento, tem absoluta liberdade para fazê-lo.

Na publicação dos resultados da pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão mantidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

**Diante o exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.**

\_\_\_\_\_ Natal, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Assinatura do participante da pesquisa

\_\_\_\_\_ Natal, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Maira Silveira Xavier Souza

Pesquisadora responsável

Contato com a pesquisadora responsável: caso necessite de outras informações sobre o presente estudo, favor ligar para 84 998493247

Endereço eletrônico da pesquisadora: mairasx@hotmail.com

ANEXO 2

ENTREVISTA

### **1 Qual o objetivo do Programa Ronda Integrada**

O programa foi criado para combater a criminalidade contra a vida (CVLI), contra o patrimônio (CVP) e o tráfico de drogas (TRED) no estado. Presente no momento, na cidade de Natal, São Gonçalo do Amarante e em Mossoró.

### **2 Onde é desencadeada a operação?**

A operação acontece nas quatro zonas da capital com ações ostensivas de combate à violência, com uma metodologia moderna de polícia preventiva, de proximidade com a população. Com atuação conjunta da Polícia Militar, Polícia Civil, Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) e Polícia Rodoviária Federal (PRF), além de atuar na cidade de São Gonçalo do Amarante.

### **3 Como é feito o direcionamento dos policiais para cobrir determinada região?**

As áreas são divididas em 17 setores, tendo como base o Decreto nº 26.027, de 29 de abril de 2016 - Diretrizes para produção dos serviços de segurança pública do programa ronda cidadã.

### **4 Existe algum tipo de planejamento e de que modo é realizado?**

Sim. O planejamento da operação é realizado com base na setorização, na identificação das zonas quentes, na fixação do efetivo e em determinar a responsabilidade do território.

As zonas quentes são locais que registram frequentemente a ocorrência de crimes, identificados por meio de ferramentas de georeferenciamento registradas no Centro Integrado de Operações

### **5 Como é feito o controle das atividades desempenhadas?**

Existe o núcleo de Coordenação e Controle, pertencente a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do RN. Esse núcleo distribui as atividades, além de exercer o controle direto e indireto, identificando e corrigindo os erros que ocorram ao longo das atividades.

O controle direto é feito por um Supervisor de Dia, o qual acompanha o momento em que as atividades são realizadas devendo elaborar ao término de cada turno um relatório padronizado contendo os principais registros, encaminhando-o para a Coordenação Geral da Operação, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social do RN.

O controle indireto é feito por meio da apuração e análise dos relatórios, gráficos, mapas dos indicadores, sistemas informatizados, planos para fundamentar as ações do corpo técnico e operacional.

### **6 Como se dá análise das ações realizadas?**

As informações são apuradas e é feita uma análise por meio de relatórios, gráficos, mapas dos indicadores, sistemas informatizados, planos para fundamentar as ações do corpo técnico e operacional.

### **7 Existe alguma avaliação das ações operacionais realizadas pelo Programa Ronda Integrada e quais são?**

Sim. São realizadas reuniões periódicas, com os coordenadores da Operação Ronda Integrada, para que sejam analisadas a criminalidade das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP's), as quais avaliam as metas fixadas (redução de CVLI, CVP e TRED) e as variáveis das ações passadas e os resultados alcançados.

**8 Existe um monitoramento do programa e quais as ferramentas utilizadas para realizar o monitoramento do Programa Ronda Integrada?**

Sim. São elaborados relatórios diários concomitantemente a atividade operacional, informando toda a logística, a operação e a administração da atividade com os possíveis erros e procedimentos tomados naquele dia; Há a ferramenta auxiliar de geoprocessamento auxiliado pelo Centro Integrado de Operações em Segurança Pública (CIOSP); São realizadas ferramentas estatísticas pela Coordenadoria de Informações Estatísticas e Análises Criminais (COINE), coletando e informando os dados estatísticos e disponibilizando a coordenação do programa regularmente como também à população gerando maior transparência ao processo; E, são realizadas reuniões mensais de avaliação com os supervisores e equipes para traçar os pontos a serem modificados e melhorados ao longo da implementação do projeto.

**9 Em que pesa criar áreas predeterminadas para atuação policial?**

A setorização facilita a atuação do patrulhamento preventivo e ostensivo, compreendendo a divisão das Áreas Integradas em menores pedaços, pois a visualização das ocorrências torna-se mais direcionada, fazendo com que se tenha maior agilidade no atendimento à população. O desenvolvimento de estratégias e mecanismos para a monitoração e controle do programa reforçam as características de confiabilidade e transparência.